

**ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO:
QUESTÕES SOBRE AUTORIA A PARTIR DA INTERNET**

* Lindevania de Jesus Martins Silva

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO

Este artigo discute os efeitos que as operações permitidas pela internet teriam deflagrado nas concepções sobre autoria de textos escritos, ampliando e atualizando questões que lhe antecederam, bem como trazendo novas problemáticas. Foca nas relações entre a abundância e escassez, na tensão entre profissionais e amadores, na naturalização da participação, colaboração e compartilhamento, bem como no aprofundamento da crítica aos Direitos Autorais e *Copyright*. Por fim, trata do aumento de uma percepção da existência de uma esfera pública e da atuação na mesma. Conclui, enfim, que as questões levantadas pela autoria, a partir da internet, realizam um movimento inverso ao individualismo, restaurando o senso comunitário e ampliando o espaço público.

Palavras Chave: Autoria; Internet; Espaço Público

ABSTRACT

This paper discusses the effects internet's operations would have deflagrated in the conceptions of authorship of written texts, expanding and upgrading issues that preceded it, as well as bringing new problems. It focuses on relations between abundance and scarcity, the tension between professional and amateur people, on the naturalization of participation, collaboration and sharing, as well as deepening criticism on *Direitos Autorais* and *Copyright*. Finally, it addresses on the awareness of the existence of a public sphere and the acting in it. It concludes, eventually, the questions raised by authorship, from internet, perform a reverse movement to individualism, restoring a sense of community and expanding the public space.

Key Words: Authorship; Internet; Public Space

Trabalho apresentado ao GT “Articulações Políticas Governamentais e Não-Governamentais no Ciberespaço” do V Simpósio Nacional da ABCiber.

*Mestranda em Cultura e Sociedade na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, e-mail: lindevaniam@yahoo.com.br.

1.INTRODUÇÃO

A escrita é uma coisa política. Não por ser um instrumento de poder ou a via real de um saber, mas “porque seu gesto pertence à constituição estética da comunidade e se presta, acima de tudo, a alegorizar essa constituição” (RANCIERE, 1995, p. 7), informando a identidade dessa comunidade. A atenção apaixonada que as sociedades escolarizadas dedicam ao aprendizado da escrita revelam que escrever não é apenas o exercício de uma competência, mas uma forma de ocupar e dar sentido ao sensível (Ranciere, 1995).

A escrita é um mito moderno. O mundo em que se vive e morre é nela ancorado e, no que se refere à internet, não é diferente. É ela que permite a construção e o ingresso no mundo virtual, onde as identidades se estabelecem, mais que através de imagens, através do que é escrito, onde teclar rápido ou usar as palavras de modo elegante e eficiente equivale a possuir um corpo atraente no mundo físico.

O presente estudo pretende tratar sobre o fenômeno da autoria a partir da internet. Não se tratará aqui de qualquer autoria, mas apenas da autoria de textos escritos, independente de sua classificação: literário, jornalístico, científico, etc. Tal recorte se justifica tanto pela importância da escrita na constituição de nossa sociedade, quanto pelo fato deste ser um tipo de autoria acessível para um grande número de pessoas, seja pela maior simplicidade em criar um texto que uma música, um filme, um programa de computador, etc., ou pelo pouco ou nulo investimento financeiro que requer.

2 . O AUTOR

Textos usam como matéria-prima algo que pertence a todos:
linguagem.

Partindo desse princípio que, na década de 60, Roland Barthes (2004) decretou a morte de um autor que nada mais faria que misturar escritas que lhe antecederam, construindo um texto composto por um tecido de citações. Afastando qualquer reivindicação de originalidade, afirmou que a emergência do autor estaria ligada ao crescente prestígio do indivíduo ocorrido na modernidade e que escrever, partindo de uma impessoalidade prévia, seria impossível: pois é a linguagem que fala, não o autor.

A concepção de Barthes sobre o autor se aproxima daquelas já formuladas na idade média, quando “Deus” era o substituto de “linguagem” (BURKE, 1995). Com efeito, se para Barthes o autor é aquele através do qual a linguagem age, na visão medieval, o autor seria aquele através do qual Deus agiria. Assim, também não caberia qualquer reclame à originalidade, na medida em que os textos derivariam da criatividade e autoridade divina para o qual a mão do escriba seria mero instrumento.

Em ambos os casos, os textos não se originam nem findam com a ação individual. Seja porque é a linguagem que fala através do autor, seja porque é Deus. O que transforma os textos mais em uma questão pública, que privada.

3. AUTORIA A PARTIR DA INTERNET

As teorias de Barthes, bastante discutidas e criticadas mundialmente, com o surgimento da internet encontraram o exemplo perfeito, pois esta se tornou, por excelência, o local da experimentação da linguagem escrita. Digitalizados, os textos se tornaram disponíveis para vários tipos de manipulações, emendas, edições. Em grupo, as pessoas puderam se reunir, ainda que espaços físicos muito distantes, para produzir e compartilhar um imenso volume de textos, tanto disponibilizados espontaneamente por aqueles que os escreveram, quanto disponibilizados por outros sem aprovação ou conhecimento dos autores.

Os textos transitam na internet com uma dupla aceleração: de velocidade e de quantidade. Estes movimentos sintetizam aquilo que a internet é:

“apenas um conjunto de acordos sobre como mover dados entre dois pontos”(SHIRKY, 2011).

3.1. Abundância Versus Escassez

Publicar um texto sempre foi uma atividade cara. Um manuscrito era o resultado de uma atividade longa e dispendiosa financeiramente, pelo que poucos poderiam se dar ao luxo de pagar por ela e pelo que o copista se ocupava principalmente dos clássicos, que poderiam garantir o retorno do investimento. O invento de Gutenberg barateou a produção de livros, os tornando acessíveis para parcelas sociais que antes não podiam pagar por eles, aumentando vertiginosamente o número de textos em circulação e permitindo o surgimento de novidades: novos autores, o romance, lucro, etc. No entanto, foi a tecnologia mais recente que eliminou por completo custo da publicação.

Com a possibilidade de disponibilizar um texto para um amplo público através de um mero clique, a autopublicação, a internet encorajou os indivíduos a produzir nova informação e a interagir com a informação já existente, em lugar de apenas consumi-la de forma passiva. Como resultado desse estímulo, o crescente excesso de informação na web.

Ocorre que a abundância ou escassez de algo têm uma estreita relação com o valor que lhe é atribuído. Quando uma coisa é rara, acredita-se que é mais valiosa do que algo que é abundante, sem que seja avaliado quanto do seu valor está condicionado a sua escassez. E quando algo que foi raro se torna abundante, deflagra uma desorientação entre os que se acostumaram à escassez (SHIRKY, 2011). O recurso da autopublicação teria feito com que aqueles acostumados à publicação tradicional, impressa, tomassem a publicação virtual por amadores como algo menor e frívolo. No entanto, a publicação tradicional ocorria dentro de um contexto de comércio, envolvendo sérios riscos financeiros em função do alto custo da atividade. Quando o custo da publicação é removido, como ocorre na internet, o risco também desaparece, demonstrando que o valor atrelado aquela atividade era absolutamente casual.

Daí se percebe que a abundância ameaça o mercado e a atividade financeira. Se acessível a todos, o valor mercantil de uma publicação desaparece e tende a ser zero. Assim, somente através da produção de uma nova escassez, ainda que artificial, se pode “conferir às mercadorias o valor incomparável, imensurável, particular e único das obras de arte, que não possuem equivalente e podem ser postas à venda por preços exorbitantes” (GORZ, 2005, p. 11).

3.2. Tensão entre Profissionais e Amadores

Integrava a utopia iluminista, segundo Chartier (1998), o sonho de que os homens pudessem, a partir de suas experiências privadas, produzir um espaço comum de troca crítica de opiniões e ideias, bem como sonhava Kant com a possibilidade de que os indivíduos pudessem ser leitores e autores, emitindo juízos próprios sobre as instituições de seu tempo e refletindo sobre os juízos de seus semelhantes.

As propostas iluministas e kantianas, se concretizadas, implicariam numa montanha de textos. Implicariam, ainda, na possibilidade de um total dissenso, em razão da heterogeneidade dos que assim pudessem emitir seus julgamentos.

Em 1845, Edgar Allan Poe afirmou que um dos maiores males da terra era a enxurrada de livros em todos os campos do conhecimento, pois estes se apresentavam como obstáculos para a obtenção da informação correta, apresentando ao leitor pilhas de lixo que precisavam ser removidas para que fossem encontradas sobras úteis (SHIRKY, 2011).

O sonho dos iluministas e de Kant parece ter se realizado. E o discurso de Poe, atualizado, continua a ser reproduzido. Keen (2009) aponta que o ritmo alucinante de autopublicação na internet corrompe e confunde a opinião pública sobre todas as coisas, misturando notícias críveis de jornalistas profissionais e versões nada confiáveis de amadores. Afirma que a Wikipedia, produzida por amadores de forma anônima, é uma enciclopédia em que qualquer um com um polegar opositor e com mais

de cinco anos de idade pode publicar qualquer coisa, sem qualquer exame sobre sua exatidão.

Seu discurso não é isolado. De fato, acompanha a crescente produção de textos na internet uma também crescente acusação de baixa qualidade, dirigida à maioria do material que é encontrada em meio virtual. Aparentemente, a liberdade para produzir seria inversamente proporcional à qualidade do que é publicado.

Admitindo problemas relativos à qualidade, Shirky (2011) afirma que não é este o ponto, que, de fato, mais importa. Sustenta que mais importante é liberdade de participar da discussão conferida a um número cada vez maior de pessoas, o que teria efeitos compensatórios quanto à alegada baixa qualidade. Adicionalmente, aponta a importância das experimentações possibilitadas pelos custos reduzidos para a produção. A redução de custos, especialmente quando se trata da comunicação, sustenta o autor, permitiria novas experiências naquilo que é pensado e dito, aumentando também o número de criadores e sua diversidade. Sob essa ótica, aponta o surgimento de jornais, romances e publicações científicas propiciadas pelo surgimento da prensa de Gutenberg e defende que, se a abundância implica numa rápida queda da qualidade média, com o tempo, a experimentação traz resultados, a diversidade alarga os limites do possível e o melhor trabalho se torna melhor do que aquele que havia antes.

O autor também rebate as críticas de Keen (2009) ao amadorismo. Afirma que se os amadores frequentemente se diferenciam dos profissionais por habilidade, com mais frequência ainda se distinguem dos mesmos por motivação. Os primeiros usariam o espaço público para alcançar pessoas iguais a si mesmos, não a mais ampla audiência, como o fazem os profissionais, ancorados no valor existente no fato de pessoas comuns partilharem o que sabem e de fazerem algo que gera um sentimento de participação e generosidade.

As acusações de Keen (2009) contra a qualidade do que é produzido por “desqualificados” na internet explicitam um outro fato: o de produtores profissionais de textos se incomodarem com a atividade dos amadores. Os segundos não apenas competem no mesmo espaço por atenção, ameaçando a atividade econômica dos primeiros. Mas, como se não bastasse, rompem com uma tradição que designa o lugar que pertence a cada um, misturando a divisão das ocupações e identidades: os amadores deixam de ser apenas consumidores passivos e os profissionais podem passar

a ser com os mesmos confundidos A atividade dos amadores, ainda, afronta uma hierarquia que assinala um inferior e um superior, trazendo uma perturbação que Ranciére (2003) denominaria como “heresia democrática”: a chegada ao palco de uma voz popular que recusa qualquer tentativa de conter suas possibilidades de expressão e rejeita as distribuições tradicionais de papéis e competências.

3.3 Participação, Colaboração e Compartilhamento Naturalizados

A rede mundial de computadores é, por excelência, um espaço de participação, colaboração e compartilhamento cujo sucesso, enquanto propiciadora de tais atividades, está diretamente relacionado ao número e engajamento de participantes que, frequentemente, sequer conhecem de fato um ao outro. Daí se infere que mesmo quando uma ação se desenvolve de forma individual, recebe valor oriundo da presença de outros indivíduos e da interação com os mesmos.

Se as limitações e dificuldades para a publicação puderam originar uma classe de profissionais com acesso privilegiado ao discurso público, o computador, devidamente conectado à rede, tornou possível ao discurso público contar com a mais ampla participação. Tornou possível, principalmente, a elaboração de discursos ou textos gerados de forma coletiva, muitos de natureza anônima, como a Wikipedia.

Pode-se usar a televisão para demonstrar como a internet propicia um ambiente social que sugere participação, colaboração e compartilhamento. A televisão teria tido um papel decisivo na troca das atividades sociais pelas solitárias, fazendo com que os indivíduos subestimassem a importância das relações interpessoais para uma vida satisfatória, superinvestindo em atividades geradoras de renda e subinvestindo em atividades relacionais (SHIRKY, 2011). A internet teria ativado um desejo latente pela conexão com o outro, que persistiria mesmo quando a máquina é desligada, invadindo o mundo físico.

Shirky (2011) identifica quatro esferas de compartilhamento: a pessoal, que ocorre quando alguém posta, por exemplo, em seu blog na internet; a comum, que ocorre quando existe um grupo de colaboradores; a pública, quando um

grupo de colaboradores deseja criar ativamente um recurso público; e a cívica, quando um grupo tenta ativamente transformar a sociedade. Se na primeira esfera o valor de compartilhar é distribuído apenas entre os participantes imediatos, na última esfera o compartilhamento visa gerar uma mudança real na sociedade na qual os participantes estão inseridos.

Os autores do blog coletivo Trezentos¹ declaram que a vida não se limita às relações de mercado, que gostam de compartilhar ideias e que se voltam contra aqueles desejosos por diminuir ou bloquear a liberdade e a diversidade cultural. O site Baixa Cultura² se define como espaço de divulgação e criação de conceitos, acontecimentos e propostas ligados à cultura livre e contracultura digital, declarando que lhe interessa tudo que contribui para a construção de um contexto cultural mais acessível para criadores e espectadores, mencionando explicitamente o download e a cópia livre.

A simplicidade das operações de escrever, digitalizar, publicar e compartilhar fez com que elas parecessem naturais aos olhos de seus usuários. No entanto, os Direitos Autorais e o Copyright não cansam de fazer lembrar que tais atividades não são naturais, mais culturais, devendo se sujeitar ao controle de uma economia de mercado e sua proteção jurídica.

É assim que, em sites como 300, Baixa Cultura, etc., existe a expectativa de que as discussões travadas na rede em torno de temas ligados aos direitos autorais e copyright, por exemplo, possam deflagrar efeitos reais nos documentos jurídicos que os asseguram. Assim, efeitos de ações cuja origem se encontra na rede mundial de computadores poderiam atingir até mesmo pessoas que nunca houvessem tido qualquer contato com ela.

1 Disponível em: http://www.trezentos.blog.br/?page_id=2. Acessado em: 20.07.2011.

2 Disponível em: <http://baixacultura.org/baixacultura/>. Acessado em 20.07.2011.

3.4 Aprofundamento da Crítica aos Direitos Autorais e Copyright

Direitos Autorais e o Copyright são instrumentos jurídicos, leis escritas, que definem e regulam direitos de autores de obras artísticas, literárias ou científicas e o acesso a elas. Estabelecem prazos dentro dos quais os autores podem explorar suas obras de forma exclusiva, impedindo o acesso de terceiros às mesmas. Quando o prazo finda, a obra torna-se pública, o que faz com um bem, após ter sido individual, venha a ser comum.

Leis são projetos políticos e constituem, assim como a digitalização, formas de desmaterialização dos textos que protegem, que são destacados da realidade. O que é protegido é sempre um ideal. Um ideal no qual vigoram, entre outros, a escassez, o profissionalismo e ideia de originalidade.

Além de coisa política, a escrita também é uma coisa cultural e econômica. E protegida pelo Direito. O fundamento dessa proteção reside numa suposta originalidade. No entanto, se o autor não fala por si mesmo, sendo antes um instrumento da linguagem, sem que se possa falar em originalidade, como quer Barthes (2004), a proteção dada a ele perde seu sentido.

Os Direitos Autorais e o Copyright se revelaram como barreiras para o que a internet oferece de mais atraente: a possibilidade de participação e compartilhamento. A barreira que tais institutos representam se liga diretamente a sua capacidade de punir através de processos reais algumas das ações mais comuns na internet: a manipulação e compartilhamento de textos sem autorização de seus autores. Isto ilustra exemplarmente o fato de que a rede mundial de computadores não pode mais ser encarada como desvinculada do mundo físico. Não é possível isolar o mundo “on line” do mundo “off line”. Ou sob outro ponto de vista, pode-se dizer que as questões que a internet traz permanecem mesmo quando o computador é desligado.

O advento dos computadores deflagrou uma crise nos Direitos Autorais e Copyright, tornando possível o surgimento de propostas alternativas, que tanto retiravam barreiras para sua utilização, como Copyleft (STALLMAN, 2002) e

Creative Commons (LESSIG 2004), quanto o aboliam de forma definitiva (SMIERS, 2006). Lessig (2004) é enfático ao afirmar que as regras jurídicas definidoras dos direitos autorais e copyright não fazem sentido quando se considera as atuais tecnologias digitais.

3.5 Aumento da percepção e atuação numa esfera pública

Arendt (2007), falando a partir do paradigma greco-romano, no qual a esfera pública seria o reino da liberdade, regida pela ação e pelo discurso, enquanto a esfera privada seria o reino da necessidade, daquilo que tornava possível a sobrevivência, postula que tais esferas foram esvaziadas com o surgimento do social, quando o que era privado passou a ser preocupação de todos e o que era público foi esquecido. A partir de então, o que as pessoas passaram a possuir em comum eram apenas seus interesses privados, reduzidos os laços societários e a possibilidade de ação política.

Condorcet, ao se referir aos efeitos da prensa de Gutemberg, assegurou que tal invenção, multiplicando indefinidamente e com pouco gasto os exemplares de uma mesma obra, permitiria que cada homem pudesse receber instrução pelos livros no silêncio e na solidão, mas alertou que a mesma invenção afastaria esse homem do exame crítico das ideias, do julgamento das opiniões e das paixões oriundas e exaltadas pela fala viva entre os homens (CHARTIER, 2003).

Diferente da prensa de Gutemberg, cujo surgimento já se vincula à exploração individual, a internet foi construída como um bem comum. Se nela se ingressa como indivíduo, gradativamente, esta singularidade é confrontada ante a um crescente senso da existência de iguais no ciberespaço, permitindo, inclusive, modos de existência em conjunto e ação política.

Jordan (1999), tratando especificamente sobre a distribuição de poder na internet, fala de três níveis interconectados, permeados por diferentes tipos de poder: um nível individual, no qual aponta a internet como playground do indivíduo, no qual

este se senta a frente do computador, digitando comandos e realizando escolhas; um nível social, entendendo-se a internet como um lugar no qual uma comunidade possui existência e localização, no qual muitos, após algum no espaço virtual, passa a entender que a comunidade possui direitos além do indivíduo; e um terceiro nível no qual a internet é compreendida como uma sociedade imaginada, uma nação digital, na qual os indivíduos reconhecem entre si um comum comprometimento com a vida virtual.

É imaginada, segundo o mesmo autor, que cita Benedict Anderson, em função da impossibilidade de todos os participantes dessa sociedade virem a se encontrar e se conhecer, o que os faz apenas imaginar a existência de algum tipo de afinidade, bem como em razão de, qualquer que sejam as diferenças entre os seus membros, serem eles concebidos como uma profunda e horizontal fraternidade, partilhando o mesmo projeto.

Assim, o indivíduo ingressa singularmente no mundo virtual onde descobre existência dos outros, com os quais interage através da troca de conteúdo, principalmente escritos. Impedimentos ou tentativas de restrições para essa troca de conteúdo, como o são a Lei de Direitos Autorais e o Copyright, fazem com que as discussões sobre a esfera pública possam vir à tona, através da resistência individuais e de grupos que descobrem a existência da comunidade.

4. CONCLUSÃO

As manipulações e modos de construção de textos pela internet permitidas, encaradas como naturais pelos seus usuários, exemplificaram as noções trazidas por Barthes (2004) de que autoria é sempre uma construção coletiva, na medida em que um autor nada possuiria de original, visto sua atividade consistir na apropriação do trabalho dos que lhe antecederam, misturando textos e usando a linguagem que é comum a toda coletividade.

Funcionando como um lugar social de encontro, o meio virtual propicia a participação, a colaboração e o compartilhamento que se realizam sobretudo através de uma abundância de palavras e textos, tanto oriundos de participantes que os

produzem e os disponibilizam na rede para apropriação de outros, bem como de participantes que usam palavras e textos de terceiros e do mesmo modo os tornam disponíveis para a manipulação pública na rede mundial de computadores.

Tais comportamentos, que possuem sua própria lógica, ligada ao custo zero de publicação de textos, ferem a lógica do mercado e as regras do direito autoral e copyright, que ameaçam a livre transmissão de textos pela internet ao impor barreiras para circulação dos mesmos, pelas possibilidades jurídicas de punição. No entanto, dessas lógicas conflitantes surge um senso de comunidade e atuações que, superando interesses privados e o individualismo, defende um incremento no espaço do comum e do público.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BURKE, Sean. **Authorship: from Plato to the postmodern**. Edimburgh: Edimburgh Univ. Press, 1995.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1998.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: 1. as artes de fazer**. 16 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GORZ, André. **O Imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

JORDAN, Tim. **Cyberpower: the culture and politics of cyberspace and the internet**. London and New York: 1999, Routledge.

KEEN, Andrew. **O Culto do Amador: como blogs, MySpace, YouTube e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LESSIG, Lawrence. **Free Culture: how big media uses technology and the law to lock down culture and control creativity**. New York: Penguin, 2004.

RANCIERE, Jacques. **Políticas da Escrita**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

_____. Politics and Aesthetics: an interview. **Angelaki**: journal of theoretical humanities. London and New York, v. 8, n. 2, p. 191-211, aug. 2003.

SMIERS, Joost. **Artes sob Pressão**: promovendo a diversidade cultural na era da globalização. São Paulo: Escrituras, Pensarte, 2006.

STALLMAN, Richard. **Free Software, Free Society**: selected essays from Richard Stallman. Boston: Free Software Foundation, 2002.

SHIRKY, Clay. **A Cultura da Participação**: criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.